

Desenvolvimento Local com Justiça Social: Uma Estratégia Alternativa de Combate à Pobreza em Angola.

Willi Haan
Fundação Friedrich Ebert - Angola
Abril de 2005

Um Projeto Nacional de Desenvolvimento que priorize o combate à pobreza não pode se limitar ao desejo imprescindível de crescimento econômico, o que é legítimo em países que tentam se erguer do caos da guerra como Angola. A redução da desigualdade deve ser encarada não somente como um poderoso atalho do modelo a ser desenvolvido, mas também como um propósito fundamental da reconstrução de uma nação economicamente dinâmica e socialmente justa.

Neste sentido, esta apresentação pretende introduzir, em linhas bastante gerais, as principais diretrizes de um modelo alternativo de desenvolvimento para o país que *combine crescimento econômico com redução da desigualdade visando combater a pobreza*. Para tanto, acredita-se que será preciso romper com o padrão de desenvolvimento, segundo o qual o que é relevante é apenas o crescimento econômico, orientado pelo Estado e baseado na grande empresa e dependente de setores específicos como é o caso do setor petrolífero angolano.

Ainda encontra-se arraigada em Angola a idéia de que o petróleo é o “ouro negro” da sociedade e a “menina dos olhos” do Governo, produto que irá sedimentar a ponte entre o caos da guerra e a prosperidade da nação. Entretanto, sabe-se que a influência deste ramo de atividade no combate à pobreza é apenas marginal na medida em que é intensivo em capital e o pouco que emprega é, em grande parte, mão-de-obra altamente qualificada. Um país que almeja seguir uma trajetória sustentada de desenvolvimento deveria enfraquecer a correlação entre o

*Crescimento com
redução da
Desigualdade*

*Padrão prevalente
de
desenvolvimento*

crescimento do PIB e o sucesso de um setor em particular. A consequência mais imediata desta relação é a elevada dependência das receitas fiscais, em torno de 80%, o peso excessivo das despesas públicas no PIB (em média entre 1991 e 2001), em redor de 57,5%, a precariedade do setor privado doméstico e milhões de angolanos vivendo na pobreza e à margem do mercado de trabalho formal.

Do petróleo ao Desenvolvimento Local

O modelo de desenvolvimento que se faz necessário deveria, ao contrário, passar pela criação de ambientes favoráveis às potencialidades produtivas concebidas em nível *Local* a partir da valorização do território e seus atores. Sua caracterização remete a uma reorientação do Estado, que precisaria passar a atuar de forma mais descentralizada e em parceria com a sociedade civil e a iniciativa privada na oferta conjunta de bens e serviços públicos voltados a aprimorar os mecanismos de funcionamento dos mercados, ao invés de tentar substituí-los.

A concepção de um modelo local de desenvolvimento deve partir das dinâmicas e potencialidades econômicas locais e apoio às potenciais endógenos baseados em arranjos produtivos baseados em Redes de micro, pequenas e médias empresas.

O *desafio político* consiste em enfrentar a pobreza e a exclusão através de um desenvolvimento econômico local em condições sustentáveis em termos econômicos, sociais, culturais, ecológicos e políticos:

a) *Económico*: Dado pelo acesso equitativo e permanente aos recursos produtivos, através de uma integração dos atores económicos nas estruturas modernas da economia via redes económicas verticais e horizontais.

b) *Social*: Através de uma inclusão e articulação

O Modelo de Desenvolvimento Económico Local (DEL)

Arranjos Produtivos

As 5 dimensões da Sustentabilidade do Desenvolvimento

Económica

<p>dos atores econômicos marginalizados (produção familiar, cooperativas, micro e pequenas empresas)</p> <p>c) <i>Cultural</i>: A valorização do território deve ser sustentado na Identidade de pertença local e no respeito preservação e estímulo dos valores e conhecimentos tradicionais da população local.</p> <p>d) <i>Ambiental</i>: Aplicando critérios ecológicos para setores produtivos e desenvolver estímulos econômicos e políticas, entre outros.</p> <p>e) <i>Político</i>: Um território não deve ser visto apenas na sua dimensão administrativa (burocrática) e ainda menos como realidade puramente geográfica – mas como redes locais de cidadãos. Territórios se constituem, também, pela presença e a integração de instituições de bens e serviços públicos (mas não necessariamente estatais), como, educação, saúde, crédito, telecomunicações, transportes, centros de pesquisa, estações de tratamento de água, agências de desenvolvimento, plataformas logísticas, etc. Dessa forma, o território é desenhado pela extensão das redes sociais, técnicas e institucionais que criam e recriam esses bens e serviços públicos; sua competitividade é função da cooperação entre os atores locais, organizados nessas diferentes redes. É através da aliança entre o governo, a iniciativa privada e a sociedade civil, por meio de uma multiplicidade de iniciativas de desenvolvimento local que se acredita que se pode chegar a um processo de longo prazo que</p>	<p><i>Social</i></p> <p><i>Cultural</i></p> <p><i>Ambiental</i></p> <p><i>Política</i></p>
---	--

leve ao crescimento de forma mais eqüitativa corrigindo também os desequilíbrios regionais.

Alguns instrumentos para promover o DEL consistem em:

- *Perfil Territorial*: Diagnostico Participativo das vantagens competitivas territoriais
- *Redes para Comercialização*: Fomentando redes verticais para possibilitar Subcontratação Terceirização e Fornecimento com matéria-prima em condições favoráveis para pequenos produtores.
- *Redes horizontais*: Fomentando a cooperação horizontal entre as empresas num território.
- *Acesso ao Crédito* em condições oportunos para pequenos produtores.
- *Agentes de Desenvolvimento Local* para promover Redes de atores públicos, privados e sociais em prol de uma nova política pública.

Instrumentos do DEL

Pontos para uma Agenda de desenvolvimento com foco na redução da pobreza

Adotar um modelo de desenvolvimento que priorize o combate à pobreza não se limita a uma estratégia agressiva de crescimento econômico. Um modelo baseado nos grandes empreendimentos intensivos em capital e na atuação do Estado conferindo mais dinâmica a setores específicos (como o petrolífero) pode conferir altas taxas de crescimento da atividade econômica com ônus de Angola continuar a ser um país com muitos pobres. Não se trata, portanto, somente de gerar mais recursos, mas de distribuir os recursos que são gerados. Entretanto, distribuir renda é, sobretudo, conseqüência de uma reorientação do Estado e de uma reengenharia institucional formando um novo padrão de acumulação. Não é fruto exclusivo da intervenção direta do Estado através das políticas sociais.

Uma agenda de desenvolvimento teste tipo passaria e

referenciar-se nas seguintes diretrizes gerais:

- Consolidação da Estabilidade Macroeconômica: Por si só, trata-se de uma condição necessária, mas não suficiente para esta estratégia de desenvolvimento. Os problemas sociais angolanos não podem ser solucionados através de políticas macroeconômicas, mas podem ser agravados por más políticas como ocorreu num passado recente no país.
- Ampliação do Gasto Público Social (GPS) e da efetividade das políticas sociais: O GPS em Angola ainda é considerado baixo apesar do aumento de 3% do PIB em 2002 para 7% do PIB em 2003. Entretanto, não basta aumentar o GPS, é preciso garantir que o mesmo está efetivamente combatendo à pobreza. A política social para ser efetiva necessita antes ser eficiente eficaz e ter foco. Neste sentido, a mesma precisa ser capaz de transformar recursos em serviços a um baixo custo. Estes serviços devem ser capazes de gerar impacto, ou seja, as intervenções devem melhorar o bem-estar dos beneficiários (expandindo capacidade produtiva ou o grau de utilização desta e satisfazendo necessidades básicas). Mas, além disto, deveria assegurar que o impacto incida sobre os mais pobres.
- Ampliação do espaço público para além das fronteiras estatais: Tanto para promover o crescimento quanto para reduzir a desigualdade é necessário aumentar a oferta de bens e serviços públicos, o que é possível somente através da multiplicação de alianças entre distintos níveis de governo, a iniciativa privada e a sociedade civil. Refere-se à produção destes bens e serviços pelos diferentes agentes aos arranjos produtivos e aos cidadãos, ampliando a noção do que é público. O desafio passa por levar esse tipo de experiência não somente ao meio rural, mais pobre, mas de generalizá-lo para as capitais

**Consolidação
Macroeconómica**

**Gasto Público
Social focalizado
em Combate à
Pobreza**

**Ampliação do
Espaço Público**

provinciais, onde a pressão demográfica é maior e a desigualdade é mais intensa.

Considerações finais

A herança deixada desde os tempos de colônia portuguesa até o período de guerra civil torna inevitável o desejo por mais crescimento econômico. Entretanto, o momento de reconstrução de uma nação surge como oportuno para se repensar a questão do desenvolvimento projetando-a mais além da idéia de crescimento da atividade econômica. Romper as barreiras entre o econômico, o social e o político promovendo um amplo aprofundamento das práticas democráticas, descentralizadas, participativas e fomentadoras de empreendimentos é elemento decisivo na definição de uma agenda de desenvolvimento que combine mais crescimento (e eficiência) e mais equidade, promovendo uma maior inclusão social.